

O País já fechou acordo bilateral com 10 países do Clube de Paris

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Desde que foi fechado o acordo de refinanciamento da dívida assumida junto aos credores oficiais, no Clube de Paris — em 21 de janeiro deste ano —, o Brasil já firmou até agora acordos bilaterais com os governos de dez diferentes países, mas ainda estão fora da relação as agências dos dois principais financiadores e avalistas de operações de crédito para importações e exportações: os Estados Unidos e o Japão.

Juntos, ambos os países são responsáveis por praticamente a metade do total de US\$ 4,249 bilhões que foi objeto de reescalonamento (juros e principal de 1985 e de 1986, mais as amortizações vencidas no primeiro semestre deste ano).

No acordo geral com o Japão, existem entendimentos para que um acordo bilateral venha a ser acertado ainda neste mês, enquanto o acordo com os Estados Unidos está na dependência de uma reação do próprio governo norte-americano. Uma primeira proposta chegou a ser apreciada pelo Brasil, mas algumas pendências em torno do custo do refinanciamento precisam ser renegociadas.

Na semana passada, uma missão brasileira fechou na Europa os acordos bilaterais com a Áustria (envolvendo US\$ 18 milhões), com a Espanha (no total de US\$ 70 milhões) e com a Bélgica (também relacionando créditos no valor de US\$ 18 milhões). Os juros e as comissões, justamente os principais pontos de negociação nestes acordos bilaterais, variam, mas até aqui o governo brasileiro tem conseguido fazer valer, nos entendimentos a nível de país credor, sua posição no sentido de que entre governos não deve haver ganhos.

Assim, tem valido como orientação a taxa de juro que o governo credor cobra na captação de recursos junto ao seu próprio mercado financeiro. Foi isso o que ocorreu com a Áustria: o reescalonamento da dívida foi assinado com base na taxa que o governo cobra pela colocação de seus títulos (uma espécie de letra do Tesouro), além de

um "spread" (taxa de risco) de 0,6% ao ano.

Nos casos da Bélgica e da Espanha, o governo brasileiro preferiu referenciar a taxa de juro à "Libor" de seis meses para depósitos em dólares no mercado interbancário de Londres.

Conforme explicou a este jornal uma conceituada fonte do governo, envolvida nestas negociações, em ambas as situações prevaleceu o interesse brasileiro de se manter resguardado contra a política de financiamento do déficit público desenvolvida internamente pelos países credores. Na Espanha, a despeito de a taxa de inflação estar sob controle, os juros de captação do governo têm subido nos últimos meses em razão de políticas internas.

O Brasil já havia assinado antes acordos bilaterais com a França, a Suécia, a Itália, a República Federal da Alemanha, o Canadá, a Noruega e a Grã-Bretanha. Junto com os Estados Unidos e o Japão, falta ainda acertar os entendimentos com a Suíça e a Holanda.

A despeito de já ter assinado dez contratos bilaterais, as agências de crédito oficiais mantêm-se praticamente fechadas ao Brasil. Existem algumas situações em que os países colocam-se abertos ao financiamento, como foi o caso da Espanha, mas que de pouco adiantam.

A grande parte dos produtos espanhóis, que podem ser financiados para exportação ao Brasil, encontra similaridade no mercado interno, o que torna a operação desestimulante para o importador brasileiro.

Na verdade, a principal exigência feita pelos governos credores para que suas agências sejam reabertas ao Brasil — a retomada do pagamento do principal da dívida a partir de julho — não foi cumprida. Estados Unidos e Japão estão, de qualquer modo, na expectativa do relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) a respeito da economia brasileira — o "board" do organismo reúne-se hoje para apreciar o documento —, já que um resultado favorável é condição, prevista no acordo geral, para o reescalonamento automático das amortizações vencidas no primeiro semestre deste ano (US\$ 500 milhões).